

DORA KRAMER

Direito - Humano

Ato falho presidencial

O presidente Fernando Henrique Cardoso trombou em cheio com a Justiça exatamente no dia e na hora em que se fazia no Palácio do Planalto a celebração desse conceito tão caro à humanidade. Na solenidade de comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o presidente surpreendeu todo mundo, incluindo aí autoridades do governo federal, ao se referir aos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, em 1989, como prisioneiros políticos.

Horas depois, ao se dar conta do que tinha dito, o presidente determinou que seu porta-voz explicasse que, improviso do discurso, fora cometido um equívoco. "O presidente se confundiu", justificou o Palácio do Planalto, ao mesmo tempo, providenciou a supressão do texto da reprodução da fala que foi distribuída pelo serviço de comunicação oficial.

De qualquer forma, dada a delicadeza do assunto que poderá ser até tema de conversa entre Fernando Henrique e o presidente chileno, Eduardo Frei, hoje no Rio, trata-se de um estranho e injustificado ato falho. Inclusive porque, na semana passada, ao enviar seu ministro da Justiça para uma visita oficial aos seqüestradores em greve de fome, o presidente da República não denotou grande apreço à decisão do Supremo Tribunal Federal, que os considerou presos comuns.

E o presidente não teria se "confundido" se não tivesse resolvido falar do caso numa cerimônia de cunho fundamentalmente político. Ele falava sobre direitos humanos e não tratou em momento algum dos direitos dos presos comuns que são afrontados por torturas em delegacias e tratamento sub-humano nos presídios. Muito menos é hábito seu enviar observador oficial aos milhares que fazem greve de fome diariamente país afora.

Tanto a filosofia do pronunciamento era política que, quando comemorou o fato de "estarmos falando de direitos humanos dentro do Palácio do Planalto", Fernando Henrique acrescentou: "Palácio a que tínhamos horror, nem passávamos por perto nos anos de chumbo."

Portanto, a despeito da correção, alguma posição pessoal discordante daquela explicitada pela Justiça o presidente deve ter, senão não falaria dos seqüestradores naquele contexto. Arriscou-se à confusão e acabou, de fato, cometendo um deslize grave.

O mais esquisito é que Fernando Henrique disse o que disse segundos depois de afirmar que não cabia ao governo federal confrontar-se, neste caso e em nenhum outro obviamente, com decisões judiciais. Referia-se ao fato de que o Tribunal de Justiça de São Paulo concluirá apenas no próximo dia 15 o julgamento a respeito da redução das penas dos seqüestradores presos.

Tudo isso o secretário nacional de Direito Humanos, José Gregori, explicava horas antes, num almoço no Itamarati, dizendo que só após a Justiça paulista se pronunciar é que o governo reforçaria as tratativas para acelerar o processo de homologação, pelo Congresso, do tratado de troca de prisioneiros com a Argentina e o Chile permitindo a extradição de cinco chilenos e dois argentinos.

De acordo com José Gregori, o interesse do governo brasileiro é o de ter, o mais breve possível, esse tratado à mão para que os presos estrangeiros possam ir para seus países, mas cumpram o restante da pena lá. Foi exatamente o que aconteceu com os dois canadenses do grupo, que voltaram para seu país porque o Brasil tem com o Canadá um acordo semelhante. Os seqüestradores estão em greve de fome porque querem ser expulsos e, nesse caso, estariam livres quando chegassem ao Chile e à Argentina.

Por isso tudo, ninguém entendeu quando o presidente fez a referência aos "prisioneiros políticos". O ministro de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, imediatamente entendeu a fala como um equívoco. "Ele escorregou", informou ao companheiro de platéia. Já José Gregori e o porta-voz Sérgio Amaral, perplexos, reagiram com um "não sei" à indagação a respeito do sentido de tal declaração.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, também se confessou surpreso e comentou: "Eu quero ver se brasileiros presos em prisões americanas algum dia serão mandados de volta para cá." Para ele, "abstraindo-se as questões humanitárias", é discutível inclusive o fato de os canadenses já terem conseguido voltar. "Parece uma decisão pautada por questões comerciais, os ricos são liberados primeiro."

Justiça se faça

É, de fato, intenção do presidente da República dar status de ministério à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Faz, com isso, justiça dupla: a José Gregori, cuja atuação levou o Brasil a ser premiado pela ONU na área dos Direitos Humanos – algo inimaginável até há muito pouco – e ao atual ocupante do Ministério da Justiça. Que, com isso, perde sua função de maior visibilidade e efi-